

OS VENDILHÕES

Haddad vê erros do mercado financeiro e cobra ‘releitura’

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O mercado financeiro tem errado nas projeções e precisa fazer uma “releitura”, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele comentou a queda da Bolsa e a alta do dólar, que encostou em R\$ 6 na abertura das negociações, durante entrevista à imprensa para detalhar o pacote de corte de gastos e a reforma do Imposto de Renda.

“Não é que errou pouco. O mercado chutou 1,5% de crescimento (do Produto Interno Bruto, PIB), e estamos com quase 3,5% de crescimento”, destacou o ministro, ao citar projeções do início do ano. Haddad também disse que o mercado estimava um rombo das contas públicas de 0,8% do PIB, enquanto que o governo espera registrar um dé-

ficit de 0,25% do PIB no ano.

“O mercado também tem de fazer uma releitura do que o governo está fazendo. Nem em crescimento e em déficit o mercado acertou”, acrescentou.

Divulgada pelo governo na última sexta-feira, a projeção de déficit primário – resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública – de 0,25% do PIB desconsidera os gastos de fora do arcabouço fiscal, como os créditos extraordinários para a reconstrução do Rio Grande do Sul, para o combate a incêndios florestais e o pagamento de precatórios. Considerando essas despesas, a estimativa de déficit primário para este ano sobe para R\$ 65,3 bilhões (0,57% do PIB).

O déficit primário efetivo, que considera os gastos fora do arcabouço fiscal, é o que conta

para o endividamento do governo. A dívida pública bruta do governo geral é o principal indicador usado nas comparações internacionais para avaliar a solvência de um país.

COMPENSAÇÕES

Por causa de uma reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e os líderes dos partidos na Casa, Haddad deixou a entrevista por volta das 9h40. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, que substituiu Haddad tentou tranquilizar o mercado financeiro e reiterou que a proposta de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais será integralmente compensada pela elevação dos impostos para quem recebe mais de R\$ 50 mil por mês.

“O governo não estaria apresentando a medida, se ela não parasse de pé do ponto de vista da compensação fiscal. Não abrimos mão de uma medida aprovada que não seja compensada”, declarou Durigan. Mais cedo, o ministro Haddad disse que a reforma do Imposto de Renda resulta de cálculos elaborados pela Receita Federal durante anos.

Para diminuir as tensões com o mercado, ressaltou o secretário-executivo, o governo está incluindo o novo Vale Gás e o programa Pé-de-Meia no arcabouço fiscal. Os dois programas são criticados por operar subsídios fora do Orçamento Federal e do limite de gastos imposto pelo novo arcabouço fiscal, o que abre espaço para questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU).

Tebet: mexer nos pisos da Educação e Saúde traria pouca economia

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Eventuais mudanças nos pisos de gastos da saúde e da educação trariam pouca economia e aumentariam o custo político de aprovar o pacote de corte de despesas obrigatórias, explicou ontem a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (foto). Ela negou desgastes dentro do governo para a elaboração e o anúncio do pacote e disse que as propostas tiveram consenso dentro dos ministérios.

“Esse foi o ajuste fiscal do consenso. Nós debatemos por diversas vezes”, disse a ministra. “Não foi o ministro [da Casa Civil] Rui Costa que pediu para tirar a educação do pacote. Eu e (a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos) Esther Dweck fizemos as contas no papel.

Embora na teoria e na legislação, a educação não esteja no arcabouço, na prática ela já está (submetida aos limites de crescimento). Se a gente colocasse dentro das regras, o impacto fiscal seria zero”, justificou.

Em relação ao piso da saúde, explicou a ministra, as mudanças no piso trariam economia de apenas R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões nos próximos anos. “Como a população está envelhecendo e precisaremos de mais recursos para a saúde adiante, seria um ajuste ineficiente”, declarou.

Tebet ressaltou que a inclusão das duas medidas teria custo político elevado e complicaria a aprovação do restante do pacote fiscal. “Pela nossa experiência de Congresso Nacional, a Esther como técnica e eu como senadora, por que vamos incluir a educação e a saúde no arcabouço, criando um ruído com os professores, com os prefeitos e com o próprio Congresso Nacional, se o impacto fiscal vai ser zero (no caso da educação)? A saúde tem uma diferença mínima que daria uma economia de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões ao longo de todos os

anos”, questionou a ministra.

O arcabouço fiscal mudou as regras dos pisos da saúde e da educação, ao substituir os limites anteriores do antigo teto de gastos e por um percentual da receita do governo. No ano passado, o governo conseguiu aprovar no Congresso uma mudança na interpretação da lei para evitar um buraco de R\$ 21 bilhões no piso da saúde, mas a despesa com o piso se estabilizou a partir deste ano. Em junho do ano passado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que proporia mudanças no formato dos dois pisos.

AJUSTE POSSÍVEL

A ministra disse que as medidas representam o possível a ser alcançado e se disse satisfeita com o formato final do pacote. “Estou satisfeita porque é o ajuste fiscal possível, no aspecto técnico, no aspecto do Ministério do Planejamento e Orçamento, e no aspecto político, porque há que se pensar que tem de passar pelo Congresso Nacional”, disse.

Tebet afirmou entender a decisão de incluir, paralelamente ao pacote, o envio do imposto de renda. “Estamos mexendo com o andar de baixo, mas também temos de mexer com o andar de cima. Daí entendemos a decisão política do governo de apresentar agora, não em janeiro ou em fevereiro, a reforma tributária da renda”, explicou.

Sobre a reação do mercado financeiro, a ministra disse que a conjuntura atual continuará complicada, mas respondeu que o governo está fazendo sua parte ao fazer “o Brasil caber dentro do Orçamento público”.

“Nós sabemos o impacto que tem gastarmos mais do que arrecadamos. Estamos falando de juros futuros altos, de câmbio alto, de inflação comendo o salário mínimo do trabalhador brasileiro, mas sabemos que o Orçamento brasileiro precisa ser eficiente”, disse.

TESOURO

União pagou R\$ 956 milhões de dívidas de estados em outubro

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Tesouro Nacional pagou, em outubro, R\$ 955,68 milhões em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R\$ 473,39 milhões, é relativa a atrasos de pagamento do governo do estado do Rio de Janeiro. Em seguida, vieram o pagamento de débitos de R\$ 334,58 milhões de Minas Gerais e R\$ 74,03 milhões do Rio Grande do Sul.

A União também cobriu, no mês passado, R\$ 73,82 milhões de dívidas de Goiás e R\$ 100 mil do Acre. Em outubro, o governo federal honrou R\$ 70 mil de débitos atrasados do município de Santanópolis (BA).

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município fica inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros.

No acumulado do ano, a União quitou R\$ 8,421 bilhões de dívidas em atraso de entes subnacionais. Desse total, R\$ 3,548 bilhões couberam ao estado do Rio de Janeiro, R\$ 2,939 bilhões a Minas Gerais, R\$ 1,182 bilhão ao Rio Grande do Sul, R\$ 753,22 milhões a Goiás e R\$ 100 mil ao Acre. Em 2024, o Tesouro Nacional honrou R\$ 59,85 milhões de três municípios: Taubaté (SP), com R\$ 35,17 milhões; São José dos Campos (SP), com R\$ 24,41 milhões; e Santanópolis (BA),

com R\$ 270 mil.

DIMINUIÇÃO

O número de estados com dívidas em atraso cobertas pelo Tesouro caiu em 2024. Em 2023, além dos estados acima, a União honrou garantias do Maranhão, de Pernambuco, do Piauí e do Espírito Santo.

As garantias honradas pelo Tesouro são descontadas dos repasses da União aos entes federados – como receitas dos fundos de participação e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outros. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

RECUPERAÇÃO FISCAL

Nos últimos anos, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) impediram a execução das contragarantias de vários estados em dificuldade financeira. Posteriormente, a Corte mediu negociações para a inclusão ou a continuidade de governos estaduais no regime de recuperação fiscal (RRF), que prevê o parcelamento e o escalonamento das dívidas com a União em troca de um plano de ajuste de gastos. Nos últimos anos, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul fecharam acordos com o governo federal.

No início da pandemia de covid-19, a Corte concedeu liminar para suspender a execução de garantias em diversos estados. Algumas contragarantias de Minas Gerais também não foram executadas por causa de liminares concedidas pelo Supremo.

Com a adesão do estado do

Rio de Janeiro ao RRF, no fim de 2017, o estado pôde contratar novas operações de crédito com garantia da União, mesmo estando inadimplente. No fim de 2020, o ministro Luiz Fux, do STF concedeu liminar mantendo o Rio de Janeiro no regime de recuperação fiscal. Em junho do ano passado, o estado, em acordo mediado pelo STF, concluiu as negociações com a União para continuar no RRF.

Também em junho de 2022, o Rio Grande do Sul fechou acordo com a União e teve o plano de recuperação fiscal homologado. O plano permite que o estado volte a pagar, de forma escalonada, a dívida com a União, cujo pagamento estava suspenso por liminar do Supremo Tribunal Federal desde julho de 2017. Em troca, o governo gaúcho deverá executar um programa de ajuste fiscal que prevê desestatizações e reformas para reduzir os gastos locais.

Por causa das enchentes no estado, em maio, a União suspendeu o pagamento da dívida por 36 meses. Além disso, os juros que corrigem a dívida anualmente, em torno de 4% ao ano mais a inflação, serão perdoados pelo mesmo período. O estoque da dívida do estado com a União está em cerca de R\$ 100 bilhões atualmente e, com a suspensão das parcelas, o estado disporá de R\$ 11 bilhões a serem utilizados em ações de reconstrução.

Em maio de 2020, o STF autorizou o governo goiano a aderir

ao pacote de recuperação fiscal em troca da adoção de um teto de gastos estadual. Em dezembro de 2021, Goiás assinou a adesão ao RRF, que permite a suspensão do pagamento de dívidas com a União em troca de um plano de ajuste de gastos.

MINAS GERAIS

O último estado a aderir ao RRF foi Minas Gerais, após um acordo com a União homologado no fim de agosto pelo ministro Nunes Marques, do STF. O acordo estabeleceu a retomada dos pagamentos das parcelas da dívida fiscal a partir de 1º de outubro.

O estado tem prazo de seis meses, a partir da publicação da decisão, para adotar medidas estruturantes de corte de gastos, conforme os requisitos previstos na lei complementar que criou o RRF, e deverá apresentar um cronograma.

A União fica autorizada a emitir o contrato com o envio do valor consolidado da parcela da dívida mineira e o compromisso firmado pelo estado de cumprir todas as obrigações e fiscalizações decorrentes do RRF.

Em abril deste ano, Nunes Marques prorrogou por 90 dias o prazo para o estado pagar as dívidas com a União. Em julho, o Supremo intimou o governador Romeu Zema e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a explicar a situação fiscal do estado, cuja dívida está em torno de R\$ 165 bilhões.

TEOREMA PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA.

CNPJ nº 11.964.505/0001-92 - RCPJ-RJ nº 240407

Extrato da Ata de Decisão de Sócio Único - Redução de Capital Social Data, Hora e Local: 25.11.2024, às 10h, na sede, Rua Lauro Muller, 116, Sala 4.206, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22290-160. **Presença:** Sócia única, **Seagull Investments Holdings Corp.**, representada por Alan André Dunin Borkowsky, representante da totalidade do capital social. **Mesa:** Alan André Dunin Borkowsky como presidente, e como secretário Roberto Dunin Borkowsky. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social, nos termos do inciso II do artigo 1.082, e artigo 1.084, ambos da Lei 10.406/2002, que passará de R\$ 7.918.075,00, para R\$ 5.918.075,00, reduzindo-o, portanto, em R\$ 2.000.000,00. Haverá a restituição à única sócia do montante considerado excessivo após o transcurso do prazo de 90 (noventa) dias para oposição de eventuais credores da sociedade, sendo que a data de início para o exercício deste direito pelos credores será a de publicação da presente ata, em forma de extrato, nos jornais pertinentes. Seguidamente, a sociedade realizará a alteração contratual para que a redução se torne efetiva, consoante o disposto no artigo 1.084 e parágrafos da Lei 10.406/2002 (“Código Civil”). **Encerramento:** Nada mais. **Alan André Dunin Borkowsky** (Presidente), **Roberto Dunin Borkowsky** (Secretário).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ATENÇÃO
ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA
SAÚDE



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.122/2024

A Pregoeira CLAUDIA DA SILVEIRA CARVALHO convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.122/2024 no dia 12/12/2024 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de LUVAS DE PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL (LUA DE BORRACHA NATURAL, NÃO ESTÉRIL, NÃO CIRÚRGICA, LISA, AMBIDESTRA, LUA DE BORRACHA NATURAL, NÃO ESTÉRIL, NÃO CIRÚRGICA, LISA, AMBIDESTRA, SEM P.O BIOABSORVÍVEL (LUBRIFICANTE), ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, SEM TALCO, CONFORME REGISTRO ANVISA, CA DO MTE, ABNT/NBR 13392, ABNT 1193-1, PORTARIA 233 DO INMETRO, OU SUAS ATUALIZAÇÕES, TAMANHO P e etc), Processo nº. 33409.008152/2024-01. O Pregão será realizado no site <http://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.



CLUBE DE ENGENHARIA
CNPJ 33.489.469/0001-95
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (AGE)

Nos termos do Artigo 22, § 4º, alínea “d”, e do Artigo 27º, Parágrafo Único do Estatuto do CE, estão os senhores sócios, em dia com suas obrigações, convocados para participarem da AGE e deliberarem sobre PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DO CLUBE DE ENGENHARIA, no dia 09/12/2024, na Av. Rio Branco, 124, 20º andar e admitindo-se a participação por vídeo-conferência (link: <https://us02web.zoom.us/j/89670670654?pwd=VHRDelhPb1lKRzJ1eGh0YmVlcTZYZZ09>). A AGE será aberta às 17:30h, em primeira convocação e segunda convocação às 18h com qualquer quórum, conforme autorizado pelo Conselho Diretor. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2024. Francis Bogossian – Presidente



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP 90045/2024

OBJETO: Eventual Aquisição de Equipamentos de Laboratório, visando atender às necessidades do Cefet/RJ Uned Angra dos Reis.
NÚMERO DO PROCESSO: 23063.003504/2024-28
ENTREGA DAS PROPOSTAS: A partir de 29/11/2024 às 8h (Horário de Brasília) no site www.gov.br/compras/pt-br/
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Em 12/12/2024 às 14h (Horário de Brasília) no site www.gov.br/compras/pt-br/
RETIRADA DE EDITAL: O Edital e seus anexos estarão disponíveis no sistema Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Angra dos Reis-RJ, 25 de novembro de 2024
Cristiane de Melo Cabral
Pregoeira do Cefet/RJ